



A AMÉRICA DO SUL E AS OPERAÇÕES DE PAZ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DURANTE E PÓS-GUERRA FRIA

**Beatriz Martins
de Albuquerque**

Mestranda em Estudos Estratégicos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST-UFF) e Bolsista da CAPES. Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF). Participante do I Estágio para Mulheres em Operações de Paz do CIASC em parceria com o CCOPAB.

Resumo: Nos últimos 71 anos foram realizadas cerca de 71 operações de paz sob o comando das Nações Unidas. Esse expressivo número evidencia que as operações são entendidas como uma importante ferramenta para a manutenção da paz e segurança internacional, conforme o proposto na Carta das Nações. A maior parte das operações de paz aconteceram após a Guerra Fria e por isso, o presente trabalho busca compreender como se dá a participação dos países da América do Sul nessas operações, uma vez que a contribuição de alguns desses países acontece desde os primórdios de tais missões. Para isso, o artigo primeiramente explica como era a participação dos países sulamericanos durante a Guerra Fria, enquanto o mundo encontrava-se dividido entre duas ideologias. Depois busca mostrar a evolução das operações de paz quando a Guerra acabou. Em seguida, o trabalho mostra como os países sulamericanos passaram a engajar em operações de paz no pós-Guerra Fria e qual o propósito dessas participações.

Palavras-chave: Operações de Paz; América do Sul; Cooperação; Guerra Fria

Abstract: Over the past 71 years, about 71 peacekeeping operations have been employed under United Nations command. This significant number shows that operations are understood as an important tool for peace and international security maintenance, as proposed on Charter of Nations. Most of the peace operations happened after the Cold War Era, therefore, the present paper seeks to include how South American countries participate in these operations, as the contribution of some of these countries has occurred since the early days of such missions. To this end, the article first explains how South American countries participated during Cold War Era, while the world was divided between two ideologies. Then it seeks to show what led to the evolution of postwar peace operations, after Cold War. Next, the paper shows how South American countries are engaged in peace operations and with the purpose of South American's participation.

Keywords: Peace Operations, South America, Cooperation, Cold War



1. Introdução

À época da Guerra Fria (1945-1990) o mundo era um campo de batalha político e ideológico das disputas de poder e influência entre a extinta URSS e os Estados Unidos, cada um de um lado oposto do tabuleiro. Enquanto os soviéticos tentavam levar suas ideias e seu modelo de governança para o mundo, os EUA lançavam mão de sua doutrina para contenção, a Doutrina Truman¹, aos avanços de seu oponente.

Em um primeiro momento da Guerra Fria, a América Latina, mais especificamente a parte referente à América do Sul, não era o principal alvo do avanço americano. Os Estados Unidos já haviam conseguido um relativo apoio no continente nos anos que antecederam a Guerra e historicamente possuíam uma relação de equilíbrio, cooperação e por algumas vezes de isolacionismo para com as questões ao sul do continente. A potência capitalista só viria a enxergar a América do Sul, como um possível palco de disputas a partir da década de 60 (SAITO, 2000) momento no qual ocorreram diversas manifestações que colocavam a influência norte-americana na região em suspensão.

Entretanto, a partir do final da Guerra Fria foram notadas mudanças nos assuntos relacionados à segurança no sistema internacional. O mundo deixou de ser dividido entre as influências das duas grandes potências da época e passava a obedecer a uma nova dinâmica. Dinâmica essa que não era mais regida pelas rivalidades e disputas resultadas da bipolaridade do sistema, dando nova forma para assuntos como globalização, mercado financeiro, questões ambientais e os Direitos Humanos.

É válido ressaltar que tais assuntos já eram pautas das políticas externas de diversos países, mas com o fim da Guerra essas pautas sofreram mudanças significativas. As agendas agora poderiam ser tratadas de forma multidimensional e multilateral, além de ocupar espaços em alianças e discussões entre os países sem as distorções causadas pela ótica da bipolaridade da Guerra Fria.

É possível então argumentar que após a Guerra Fria regiões que antes estavam controladas pelas estratégias e problemas da bipolaridade puderam redesenhar suas participações em diversas questões relacionadas à segurança e o sistema internacional. No caso da América do Sul, o redesenho do tabuleiro mundial trouxe novas problemáticas e outras possibilidades de participação nas relações internacionais. Foi um momento que possibilitou que países como o Brasil pudessem traçar seus próprios objetivos em relação aos demais países, dentro e fora do continente americano, de forma mais proeminente.

O presente trabalho tem como proposta evidenciar e descrever a contribuição que as operações de paz da Organização das Nações Unidas ofereceram para o diálogo entre os países da América do

¹ A Doutrina Truman foi implementada especialmente através de um conjunto de práticas econômicas e tecnológicas para conter o avanço do comunismo durante a Guerra Fria. Foi de tal doutrina que resultou o Plano Marshall, principal plano norte-americano para a recuperação de países devastados pela Segunda Guerra Mundial.

Sul, levando em consideração a mudança que essas participações sofreram com o final da bipolaridade. Sabe-se que os países sul-americanos contribuem há décadas para os diversos tipos de operações de paz autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, incluindo contribuições durante a própria Guerra Fria. Entretanto, diversas mudanças ocorreram na esfera internacional desde que o momento de bipolaridade teve seu final marcado. Então, é necessário compreender melhor como tais mudanças influenciaram no engajamento e cooperação dos países sul-americanos sobre os assuntos de defesa, segurança e paz.

Dito isso, o artigo aqui apresentado terá como foco a participação sulamericana em assuntos sobre paz e segurança partindo-se da sua presença em missões de paz da ONU. Para isso, o trabalho primeiramente irá mostrar como se davam as contribuições dos países sul-americanos para as Operações de Paz, no período da Guerra Fria. Depois, será realizada uma pequena explanação sobre as mudanças que ocorreram nas operações de paz após 1989. Em seguida, o trabalho mostrará como se deu a contribuição dos países sul-americanos no pós-Guerra Fria. Por fim, pretende-se mostrar que as operações de paz não são apenas uma parte de um diálogo isolado, mas que elas são capazes de gerar assuntos que transbordam tais operações. A última sessão deste artigo buscar concluir os argumentos aqui apresentados.

2. Os países sul-americanos e suas contribuições para as operações de paz durante a Guerra Fria

As Operações de Paz da ONU realizadas durante a Guerra Fria obedeciam às características das relações entre os Estados na época e isso permite dividir a evolução dessas operações em dois momentos, sendo o primeiro referente ao período entre 1948 a meados de 1988. (AGUILAR, 2011). Nesse primeiro momento as missões ficaram conhecidas como operações “clássicas” ou de “primeira geração” e estavam limitadas à presença para a conservação do cessar fogo e separação de lados oponentes em conflito para que negociações de paz pudessem ser mantidas e efetivadas (KENKEL, 2013; AGUILAR, 2011).

A primeira Operação, a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), foi realizada em 1948 e contava com homens uniformizados e desarmados, fato que parece peculiar quando se pensa no emprego de um aparato militar. Já a *First United Nations Emergency Force* (UNEF I) foi a primeira missão armada e aconteceu apenas na segunda metade da década de 50, pouco menos de dez anos após o emprego da primeira operação. Com isso, já é possível notar que as operações apresentaram evolução no que diz respeito ao formato que possuem e ao tipo de engajamento militar que empregam.

Desde que as primeiras operações “tradicionais” se iniciaram já ocorreram 71 missões de paz e mais de 120 países contribuíram para os esforços humanitários da ONU. Os países sul-americanos,

como signatários da Carta das Nações, também estão inclusos na lista de países que se voluntariaram para diversos esforços de paz pelo mundo. Praticamente todos os países da América do Sul já contribuíram em alguma operação de paz, em especial o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, formando o conhecido ABC-U (HAMANN, 2018; AGUILAR 2011).

O Brasil participa de missões de paz desde 1933 e desde 1948, na UNSCOB, engaja em missões de paz da ONU, tendo participado de 33 operações de paz. O Uruguai participou de sua primeira missão pela ONU em 1952, tendo enviado observadores militares para a UNMOGIP. Argentina, Equador e Peru engajam desde 1958 ao mandarem representações para o Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL, em inglês). A Colômbia possui uma primeira participação na UNEF I e o Chile contribuiu para a UNTSO, em 1967. A Venezuela enviou oficiais para a Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão. Já Bolívia e Paraguai não possuem registros de participações realizadas no período da Guerra Fria.

Cada um desses países sul-americanos possuem seu próprio perfil de contribuição, baseado em seus próprios interesses. A contribuição de envio de militares e tropas por parte de alguns países sul-americanos era vista como uma boa opção para participação das relações internacionais e para mostrar presença em discussões que afetavam a paz do sistema internacional. O Brasil pode ser visto como um país que busca engajar sempre de alguma forma. Outros países, como o Uruguai foram despertar de maneira mais significativa para as missões a partir de 1980, mais ao final da Guerra Fria. Também pode ser notado que Uruguai, Chile e Argentina já possuíam legislações que versavam sobre suas respectivas participações em operações de paz e ainda processos de tomadas de decisão para que tais missões pudessem ser empregadas, ainda na Guerra Fria (AGUILAR, 2011).

É importante notar que pelo menos Brasil, Chile e Uruguai contribuem para operações de paz mesmo antes das ONU ter sido institucionalizada². Isso nos mostra que mesmo antes das disputas de influência da Guerra Fria já havia um interesse, ao menos em certa medida, de participar em esforços de paz por parte de alguns países sul-americanos.

Entretanto, durante a Guerra Fria, a ONU se tornou o principal foco de realização de missões de promoção da paz. O Conselho de segurança era, e ainda é, o órgão responsável pelo desenho dos limites aos quais as missões estariam subordinadas. Considerando-se as características da Guerra Fria, as rivalidades político-ideológicas frequentemente paralisavam as decisões do Conselho de Segurança. Cada potência de influência usava as pautas estabelecidas para atrair ou afastar outros Estados para sua zona de influência. URSS e EUA faziam parte deste Conselho, cada uma com seu direito de veto, e

² Na época da Liga das Nações já ocorriam missões que se pareciam com o que a ONU veio a implementar três anos após sua fundação. O Brasil integrou uma comissão da própria Liga para mediar o acordo entre Peru e Colômbia sobre a questões fronteiriças; O Chile também supervisionou os acordos do fim da Guerra do Chaco, assim como o Uruguai, Argentina e Peru. (Marcondes, 2013; AGUILAR, 2011)

obviamente, nenhuma delas autorizaria uma operação de paz que fosse capaz de minar seus interesses em determinados Estados e regiões.

Ainda, nenhum país sulamericano, independente de histórico prévio em operações de paz, fazia parte do alto nível de decisão deste Conselho, o que em certa medida silencia a capacidade de exposição dos interesses de países como os citados aqui neste tipo de assunto. Este fator somado ao citado no parágrafo acima, acabavam por abafar vozes com interesses em intervenções humanitárias, sejam esses interesses motivados pelo dever moral de ajuda ou por outros interesses estratégicos. A política durante a Guerra Fria era refém dos ideais e ambições dos países que regiam o sistema na época e conseqüentemente a participação dos países sul-americanos em operações de paz também.

Contudo, ao final da Guerra Fria esse padrão de quase total dependência das decisões das potências dominantes rivais sofreu mudanças e ajudou a modificar o caráter e significância das participações dos países da América do Sul em operações de paz da ONU. A virada do século trouxe uma ressignificação das contribuições e ambições dos países do continente no jogo político internacional, bem como a complexificação das próprias operações de paz.

3. As operações de paz pós-Guerra Fria

As operações de paz começaram a ser implementadas em 1948 e durante toda a Guerra Fria as missões apresentaram um certo tipo de comportamento, que podiam variar em suas especificidades em relação ao ambiente ao qual elas se inseriam, mas seguiam uma mesma estrutura de forma geral. Com o fim da Guerra Fria e a complexificação dos conflitos, as operações de paz precisaram se expandir para de fato conseguirem se estabelecer como um instrumento realmente viável.

A partir da década de 90 as operações foram assumindo novos formatos e configurações, se mostrando cada vez mais desafiadoras, principalmente por conta da mudança na natureza dos conflitos. Em 1992, a ONU lançou a Agenda para Paz, documento que trazia importância fundamental para as operações para a manutenção da segurança e paz do mundo. Esse documento é considerado o marco da mudança no formato das operações humanitárias da ONU, inaugurando a segunda fase da evolução das operações de paz.

Um fator que deve ser considerado ao ser analisada a evolução das operações é que o conceito de paz da própria ONU modificou-se. As Nações Unidas passaram a adotar a percepção de paz positiva, que não enxerga a paz como alguém além da simples ausência de guerra (GALTUNG, 1995). A paz passou incentivada através de uma visão mútua de cooperação e interdependência dos povos. Essa mudança de percepção pode ser associada à explosão de operações que foram empregadas a partir do final da Guerra Fria.

Outro ponto de relevância é que a natureza dos conflitos passou a abranger uma gama muito mais extensa de motivações, saindo da visão Westifaliana e clássica sobre a relação entre Estados e conflitos. Há nesse ponto uma divisão na academia. Enquanto alguns acadêmicos e analistas afirmam que ao final da Guerra Fria seguiu-se uma explosão de conflitos intraestatais e que demandavam atenção dos órgãos internacionais. Outros defendem que tais conflitos sempre foram existiram e o que mudou na verdade foi o interesse internacional em algumas regiões.

É preciso também considerar que:

o arrefecimento da preocupação com as questões de segurança que caracterizavam o período da Guerra Fria, tais como o equilíbrio entre as alianças militares opostas e os prospectos de uma guerra nuclear entre as superpotências. Aliado a isto, a violação sistemática dos direitos humanos – um problema recorrente nos conflitos intraestatais – é percebido cada vez mais como uma ameaça à segurança e à paz internacionais. (MELO, 2006, p.114)

Dessa forma, podemos entender que a evolução das missões de paz durante a Guerra obedeceu a uma série de fatores político e históricos, que eclodiram após o fim da bipolaridade. Uma vez que a bipolaridade limitava que diversos assuntos sequer ganhassem destaque ou fossem analisados a partir de uma visão ampla e sem as influências das rivalidades da época.

É válido salientar que as evoluções nas operações ocorreram de forma cumulativa, em que uma geração de missão foi sendo construída em cima da outra. (KENKEL, 2013). Dessa forma, como aponta Kenkel, é possível dividir essa segunda fase da evolução das missões em 4 gerações para além da primeira: i) missões de segunda geração, que trouxeram a abrangência de assuntos civis, para além dos conflitos bélicos-militares; ii) missões de terceira geração, que são caracterizadas pelo aumento do uso da força; iii) missões de quarta geração, que combinam o uso da força e as questões civis, de forma mais intrusiva; iv) as missões de quinta geração são apontadas como mais recentes e elas são representadas como híbridas, combinam tropas e pessoal policial sob o comando de tanto das Nações Unidas quanto de organizações regionais.

As gerações citadas anteriormente podem ser entendidas então como resultado da complexificação da agenda internacional, bem como o resultado de uma crescente preocupação com temas como os Direitos Humanos. Também o caráter multilateral das relações internacionais permitiu que novas representações surgissem, trazendo para superfície problemas que anteriormente ficavam obscurecidos por conta das preocupações da Guerra Fria. Por fim, não é a preocupação deste trabalho especificar qual a relação de subordinação entre o alargamento do conceito de paz e a evolução e eclosão das operações, mas sim mostrar que esses fatores estão correlacionados e merecem reflexão.

4. Os países sul-americanos e as operações de paz no pós-Guerra Fria

Durante a Guerra Fria a participação de países sul-americanos em operações de paz era basicamente moldada pelos conflitos políticos e ideológicos do momento histórico em questão, uma

vez que esses conflitos moldavam as relações políticas em geral. Os países da América do Sul, de modo geral, pendiam muito mais para o lado norte-americano de influência do que para o lado soviético. Isso porque ao menos desde 1940 os EUA entenderam que ter mais proximidade com a América Latina poderia ser um fator de peso tanto em questões internas quanto externas à política norte-americana e por isso já realizavam movimentos de aproximação para com a região como um todo e em contou também com um programa especial para a América do Sul (TOTA, 2000). Dessa forma, é possível entender que muitas das decisões das políticas externas dos países do Sul foram influenciadas pela dicotomia da Guerra fria, se aproximando mais da ótica norte americana.

Porém, com o final da Guerra Fria e com o rompimento da dicotomia de ideais e influências, ocorreram mudanças na agenda internacional que causaram aprofundamentos em algumas pautas. Os Estados Unidos precisavam se colocar de maneira ainda mais generalizada frente aos outros países, o que gerou momentos de distanciamento entre os sul-americanos e os norte-americanos. Havia agora a possibilidade de se definir agendas internacionais próprias, com uma maior possibilidade de independência política, também as missões passaram a se tornar mais complexas e mais dispendiosas.

Depois de 1989 houve um aumento expressivo de contribuição por parte dos países da América do Sul, fato que está relacionado também à explosão de missões neste período, foram pelo menos mais de 50 missões desde então. De acordo com Hamann (2018) a participação de países latino americanos aumentou 10 vezes entre 2000 e 2010 e os principais países contribuintes foram países da América do Sul. Isso evidencia não só o aumento da atuação das operações em diversas regiões, mas também o entendimento por parte dos países da região de que o engajamento nessas ações pode ser benéfico em diversos níveis para cada país.

Obviamente nem todos os países sul-americanos engajam no mesmo nível e como dito anteriormente, as motivações costumam a entender interesses próprios das agendas políticas dos países, ficando isso ainda mais claro a partir da década de 90:

Outro aspecto que vale destacar foi que, no período em questão, os países da região se engajaram de maneira heterogênea com as missões de paz. Pode-se separá-los em quatro grupos: os que se engajaram de forma volumosa e contínua, os que tiveram engajamento mediano, os que tiveram baixo engajamento e os que nunca se engajaram. (HAMANN, 2018, p.7)

Para melhor compreender as mudanças no engajamento por parte dos sul-americanos é preciso primeiramente observar que com o fim da Guerra Fria houve um distanciamento econômico entre Estados Unidos e América do Sul, que se estendeu às questões de segurança (HIRST, 2013; SAITO 2000). Os Estados Unidos voltaram a priorizar suas relações imediatas com seu entorno estratégico, mostrando maior interesse para com os países do Caribe e da América Central, em atitudes como a instauração, em 2002, do Comando do Norte e que foram somadas aos impactos na agenda hemisférica gerados pelo 11 de setembro.

Os países sul-americanos participaram de diversas intervenções, e até 2010, Argentina e Chile (HIRST, 2010) mostravam imenso interesse em manter e expandir as participações em missões de paz. Também é possível ver que Uruguai e o Brasil buscaram engajar de maneira mais constante. No caso brasileiro, há um interesse que aparenta cada vez mais ser crescente em operações de manutenção de paz, isso porque, desde a Era Lula e até pelo menos 2018, o Brasil busca projetar-se como uma potência regional de peso.

As contribuições latino-americanas são movidas por prestígio e pela busca de contribuir para a paz e seguranças mundiais e ainda oferecer desenvolvimento profissional e benefícios financeiros para seus militares. (MARCELLA, 2013) É importante notar que as participações sul-americanas em operações de paz ocorrem mesmo antes do 11 de setembro, mas é a partir desse momento em que irá ser buscada uma maior especialização e engajamentos cada vez mais volumosos em diversos tipos de missões. O Brasil é um país que contribui para operações de paz desde seus primórdios, mas é no contexto pós 11 de setembro em que as relações do Brasil e demais países da América do Sul com as missões de paz foram aprofundadas.

O mais importante sobre o engajamento militar em operações de paz é que muito além de ganhos monetários e projeção internacional, as operações permitiram um diálogo ainda mais profundo e especializado entre os países da região. A Argentina possui um centro regional de treinamento para o peacekeeping, o Brasil possui, distribuídos pelas suas forças, centros de treinamento especializados que recebem seus pares do continente sul-americano. O Uruguai, que juntamente com o Brasil lidera o número de enviados para as operações, também possui seu próprio centro de treinamento que recebe militares e civis de países amigos para treinamentos multiculturais. Para melhor elucidar a participação de países sul-americanos será agora mostrado um pouco melhor como se deu a contribuição da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Em 4 de Julho de 2018, militares argentinos foram condecorados³ pelas ONU por conta de sua contribuição para a Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP, em inglês). Os militares argentinos estão presentes nesta missão de 1993. Esta missão ocorre desde 1964, mas apenas após a Guerra Fria que a Argentina engajou de forma mais veemente nesta operação, tendo enviado mais de 16 mil militares para o Chipre.

Em 1995, a Argentina criou seu Centro de Treinamento Conjunto para Operações de Paz (CAECOPAZ, em espanhol), que serve para treinar militares para as operações de paz ao redor do mundo. A criação deste centro mostrou a preocupação do país com a participação qualitativa de seu

³ Reportagem completa pode ser conferida em : <https://dialogo-americas.com/pt/articles/un-honors-argentine-blue-helmets>

contingente nas missões. Das 10 missões que a Argentina já engajou no pós-Guerra⁴, metade ainda continua ativa e o país possui o entendimento de que as operações são importantes para sua política externa, além de valorizar a participação dos observadores militares, policiais e outros (LIBRO BLANCO, ARGENTINA, 2001; 2015). Em 2018, a Argentina recebeu em seu centro de treinamento Chile e Paraguai para um treinamento de duas semanas referente à missão do Chipre. Isso mostra que além de ser um instrumento de projeção internacional para além do território, a colaboração com as missões de paz pode servir de oportunidade para a integração regional.

No caso do Chile, sua política de operações de paz foi definida em 1999 por meio de um decreto. Entretanto, o Chile, dentro dos países ABC-U, é o que menos contribuiu, pois o entendimento é que as operações são um empenho secundário do país. Ele esteve presente em missões de curta duração, dando pequenas, mas significativas contribuições para as forças de paz. Pode se entender então, que o Chile enxerga a missão de paz de uma forma mais secundária do que os demais países, e dado o texto do decreto, é possível concluir que engajar nas Missões de Paz é uma forma de um país se manter em certo nível de diálogo dentro da ONU e junto com países vizinhos.

O caso Uruguaio é bastante interessante, pois o país é reconhecidamente um dos países sul-americanos que mais contribuiu para os esforços de paz. O país busca desde 1980 participar de operações de forma expressiva e depois dos anos 2000 esteve presente em 14 missões⁵. Ainda, o governo Uruguaio entende as missões de paz como uma pauta importante de sua política externa, de modo que era assim colocada explicitamente no Marco de Defesa Nacional do país, desde 2010. Dessa forma, pode ser entendida que o Estado uruguaio compreende as operações de paz como um artifício valioso e consistente para os assuntos de defesa e política externa do país.

O Brasil também é outro caso interessante de participação. Esteve presente desde os primórdios das operações de paz e com a criação de seu Ministério da Defesa na década de 90, bem como os incentivos do Governo Lula para a projeção internacional de poder a sua contribuição tendeu a crescer e ganhar metas cada vez mais altas. As operações são neste momento compreendidas pelo país como uma ferramenta genuína para a projeção de poder, tanto dentro quanto fora de sua região. Há também de se lembrar que o país requisitou um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a importância que foi dada aos desdobramentos em missões pode ser entendido como um esforço para mostrar que tal pedido era válido e necessário.

Em 2004, o Brasil foi convidado para assumir a liderança da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e saiu apenas em 2017, quando seu último mandato foi

⁴ Dado retirado da página do Ministério da Defesa do governo argentino, sem data de publicação. A lista completa de operações de paz que o País participou encontra-se em: <<https://www.argentina.gob.ar/proyeccion-al-mundo/operaciones-para-el-mantenimiento-de-la-paz>>, acessado em 15/09/2019.

⁵ Dado retirado da base de dados na ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

estendido. Foram 13 anos em que o país protagonizou uma participação em uma operação de paz. É possível também entender que, assim como outros países já citados aqui, o Brasil busca usar as operações como um instrumento para seus interesses. Nas últimas décadas o país tentou uma aproximação com o continente africano, fato que fica evidenciado em diversos falar dos diferentes governos da última década, como nas falas de o ex-Ministro Celso Amorim:

É uma busca da própria identidade do Brasil. É curioso. Eu já estive na África e é interessante notar as semelhanças com o Brasil na maneira de ser, de falar, na música. Eu senti por todos os países pelos quais passei na África, não só nos de língua portuguesa, que existe uma fome de Brasil. A África é um continente com muitos problemas. Agora, felizmente, pelo menos a parte sul está toda pacificada, tenta implantar o sistema democrático e isso facilita o desenvolvimento. É um continente de muita pobreza, evidentemente, mas não é estagnado. Há dinamismo e vontade de se fazer coisas. Eles têm de aprender muito, como nós também. Mas já passamos por um trajeto mais longo e temos muito a ensinar e também muito o que ganhar. Eu acho que há esse desejo de reencontro com nossas raízes, o que explica o porquê de tantos deputados, de tantas entidades da sociedade civil estarem tão interessadas nessa viagem do presidente. Existe uma oportunidade de cooperação econômica que será mutuamente proveitosa e ajudará a África a se desenvolver. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRASIL)

Também na fala do ex-presidente Michel Temer:

Para o Brasil é especialmente oportuno que dediquemos esta cúpula à questão do desenvolvimento da África. O Brasil está ligado à África pela história, pela cultura e pelo sague. Não por acaso a aproximação com a África é para nós uma prioridade permanente (O GLOBO, 2018).

Essa tentativa de aproximação e a instrumentalização das missões para os objetivos de política externa transparecem nas missões de paz, ao ser observado que o Brasil atua predominantemente na África⁶.

Ainda de acordo com Hamann (2018) há uma preferência clara por parte dos países sul-americanos em atuar no entorno da própria região, evidenciando mais uma vez que, principalmente após a Guerra Fria, os países da América do Sul buscavam atender suas próprias agendas de política externa, segurança e defesa:

A maior contribuição militar para a MINUSTAH veio de Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, nessa ordem. Esses quatro países, sozinhos, responderam por mais de 50 por cento dos militares da MINUSTAH durante toda a missão. Tal porcentagem alcança a impressionante marca dos 70 por cento entre 2015 e 2017 por causa do processo de desmobilização dos outros contingentes e da permanência do batalhão brasileiro no terreno. (HAMANN, 2018, p.9)

Essa preferência também permite inferir que para os países sul-americanos há um entendimento de que as operações de paz realmente podem servir como um instrumento estabilizador e de segurança e por isso, quando há a necessidade, se opta por engajar dentro da região próxima.

Outro fator que se faz notar é que as cooperações sobre missões de paz não começam e nem se encerram em si mesmas. É um portal para o aprofundamento das relações em diversas outras questões que tocam os assuntos de segurança e defesa dos países da América do Sul (HIRST 2010). A partir do momento em que ocorreu uma liderança dentro da porção Sul do continente, que possuiu um trabalho

⁶ Dados retirados da base de dados da ONU: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

reconhecido internacionalmente em uma missão de paz, ficou ainda mais evidente que os países precisavam dialogar e cooperar nos assuntos referentes à segurança, dentro e fora do complexo regional. Para Saito (2000) e Marcondes (2013) o fim da Guerra Fria e a busca por inserção nas operações ajudou a estabelecer canais de diálogos mais diversos e profundos sobre a própria segurança e paz regionais.

Ainda, a região possui um baixo investimento em defesa quando comparada a outras regiões do mundo (SIPRI, 2019), sendo os orçamentos pequenos para os setores voltados para defesa quase uma norma na região. Acontece que como uma região com muitos países em desenvolvimento, para que questões de segurança e defesa estejam em pauta é preciso alinhá-las a outras questões, que muitas vezes são alinhadas à busca por desenvolvimento. Nesse sentido, a participação nas empreitadas humanitárias da ONU se tornou uma interessante alternativa para trabalhar os assuntos de Defesa também no âmbito interno dos países.

5. Conclusão

Ao observamos a primeira década pós Guerra Fria e os impactos do 11 de setembro podemos compreender melhor como a dinâmica das relações entre EUA e os países sul-americanos influenciaram nas relações entre os países do sul no pós-Guerra Fria, principalmente nos assuntos relacionados à segurança. Enquanto alguns países buscavam um alinhamento de extrema oposição aos EUA, como era o caso da Venezuela, especialmente após o ataque às torres gêmeas, outros buscaram manter uma posição mais neutra e pragmática, como o caso do Brasil.

Antes da década de 90 as operações de paz eram tratadas sob as rivalidades da ordem mundial da época. Isso acabava por limitar a atuação de alguns Estados e das próprias missões. Com o alargamento do debate de segurança e com o fim da Fria, as operações puderam atender uma gama maior de regiões e conflitos e assumiram novas configurações. Também passaram a incluir de forma mais diversa outras regiões, permitindo um debate realmente multilateral sobre paz e segurança.

Como dito anteriormente, o período após o 11 de setembro foi importantíssimo para impulsionar as vontades brasileiras no que diz respeito à sua projeção internacional. Não foi só o Brasil que teve sua agenda de segurança e defesa modificada ou moldada por conta do contexto referente ao ataque às torres gêmeas. Entretanto, a América do Sul é um local de relativa paz quando comparado a outras regiões, então o que tem se buscado é um direcionamento das políticas de defesa e de segurança para questões multilaterais e apoio de construção pacífica em regiões não pacificadas.

As operações começaram a ganhar um espaço de destaque no diálogo de defesa e segurança regional, a partir do momento em que, pós 11 de setembro, os EUA modificaram sua agenda, voltando a atenção de sua política externa para outros horizontes. Isso possibilitou que os países sul-americanos

expandissem sua própria rede de diálogos intracontinental e usassem seus esforços para a cooperação militar.

Até o momento, o auge da participação sul-americana nas operações foi a liderança brasileira na operação do Haiti, que deu um local de destaque não só para o Brasil, mas voltou os olhos do mundo para os países latino americanos da região sul. É evidente que um continente com países tão diferentes entre si, e que possuem historicamente inconstâncias em suas relações, cada um assuma suas próprias ambições, agendas e rivalidades.

Entretanto, isso não significa que não há espaços para diálogos. As operações de paz, inseridas num contexto pós-Guerra Fria, geraram na região tanto uma vontade de projetar e conquistar espaço frente as grandes potências quanto o movimento de voltar o olhar para a própria região em que estão inseridos. Mesmo que cada país contribuía dentro de seus próprios limites políticos, é inegável que há um movimento quase que total dentro do continente de se colaborar com as missões humanitárias da ONU. E, além disso, o movimento se torna ainda maior quando há possibilidade de se dialogar sobre o tema intraregionalmente.

Entretanto, as operações de paz não são as únicas ferramentas de diálogo regional. Elas podem ser encardas como mais uma ferramenta que contribuiu para o aprofundamento do diálogo regional. Há outros canais de comunicação pelos quais países da América do Sul dialogam. Por isso, deve ser levado em consideração que principalmente após a Guerra Fria, época em que as missões de paz ganharam mais destaque na região, as experiências geradas pelo emprego de esforços nas operações de paz da ONU são importantes para o aprofundamento do diálogo para além no âmbito das próprias operações e que a presença de países sul-americanos serviu para trazer destaque e uma nova perspectiva sobre segurança e paz na região.

Referências bibliográficas

AGUILA, S. L. C. A Participação Sul-Americana nas Operações de Paz da ONU - Algumas Considerações. *Security and Defense Studies Review*, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115404>>.

ARGENTINA. *Libro Blanco de la Republica Argentina*. Ministerio de Defensa. 2015.

CHILE, *Libro de la Defensa Nacional*. 2017. Disponível em: <https://www.defensa.cl/media/LibroDefensa.pdf>

EM NOTA, Militares chilenos se preparam para missão de paz no Chipre. *Diálogo-Americas*, 29 de Ago, 2018. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/chilean-service-members-prep-peacekeeping-mission-cyprus>. Acessado em: 13/09/2019

EM NOTA, *Temer fala em aproximação com a África e deixa cúpula do Brics antes da reunião com africanos terminar*. 27 de Jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/07/27/temer-fala-em-aproximacao-com-a-africa-e-deixa-cupula-do-brics-antes-de-terminar-reuniao-com-africanos.ghtml>. Acessado em: 12/09/2019.

GALTUNG, J. *Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Londres, Sage Publications Ltd, 1996.

HAMANN, E. A participação da América Latina e do Caribe nas operações de Paz da ONU. *Revista Diálogo – Fórum das Américas*, Flórida, 2018, pp. 6-11. Disponível em: https://dialogo-americas.com/application/files/7215/3133/6029/Dialogo_SPED_2018_Port.pdf. Acesso em: 12/09/2019

HIRST, M. América Latina-EUA em tempos pós-Guerra Fria. *Rev. Usp*, São Paulo, n84,2010,pp.27-37. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13782>. Acesso em 10/08/2019

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, n. 1, 2003, pp. 122-143

MARCELLA, G. The Transformation of security in Latin America: A Cause for Commom Action. *Journal of International Affairs*, vol 66, Nº 2, 2013, pp. 67-82. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/i24388278>. Acesso em 12/08/2019

MARCONDES, D. Regional defense integration and peacekeeping cooperation in the Southern Cone. In: KENKEL, Kai Michael. *South America and Peace Operations*. Londres e Nova York, Routledge, 2013, pp. 64-81.

MELO, R. B. C. L. *O Processo de institucionalização das operações de paz multidimensionais da ONU no pós Guerra Fria*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=ocorrencia&nrSeq=9540@1&nrseqoco=29945>. Acessado em 10/08/2019

SATO, E. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 43, n. 1, 2000, pp. 138-169. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19/07/2019

TIAN, N., et al. Trends in World Military Expenditure, 2018. In: *Sipri Fact Sheet*, 2019. SIPRI, Estocolmo, 2019. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/fs_1904_milex_2018.pdf. Acessado em 12/09/2019

TOTA, A. P. Uma verdadeira “fábrica de ideologias”: o Office of the coordinator of Inter-American Affairs. In: *O imperialismo sedutor. A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.